

MEZ 5
Energia S.A.

Demonstrações
financeiras em 31
de dezembro de 2022



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da
MEZ 5 Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 5 Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da MEZ 5 Energia S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual

Veja as notas explicativas 2.8 e 8 das demonstrações financeiras

Assunto

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta o saldo de ativo contratual no montante de R\$ 422.973 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo contratual.

A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato inclui entre outros elementos, a determinação de custos e conseqüentemente margens de lucratividade referentes à receita de construção e de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, que são calculadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria e operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.

Devido à relevância do saldo do ativo contratual e ao grau de julgamento para a determinação da margem de lucratividade de construção da infraestrutura de transmissão, de operação e manutenção e para a determinação da taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, a mensuração do ativo contratual foi considerada significativa para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual;
- Análise dos fatores considerados na adoção inicial da modelagem para determinação da margem de construção da infraestrutura de transmissão e margem de operação e manutenção, incluindo inspeção documental e análise qualitativa dos custos incorridos;
- Revisamos a metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual e a consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação as anteriormente definidas.
- Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do saldo de ativo contratual, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.713	56.156
Caixa restrito	5	190.232	-
Contas a receber	6	500	388
Partes relacionadas	15	942	-
Tributos e contribuições a compensar		546	-
Ativo contratual	8	49.159	-
Outros ativos circulantes	7	1.439	1.696
TOTAL ATIVO DO CIRCULANTE		253.531	58.240
NÃO CIRCULANTE			
Ativo contratual	8	373.814	139.040
Intangível		55	48
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		373.869	139.088
TOTAL DO ATIVO		627.400	197.328

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debentures	12	-	101.893
Fornecedores	9	28.183	15.748
Partes relacionadas		11	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	11	3.150	1.027
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	5.200	-
Outros passivos circulantes		381	287
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		36.925	118.955
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debentures	12	394.117	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	12.892	4.265
PIS e COFINS diferidos	13	15.856	5.246
Outros passivos não circulantes		23	30
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		422.888	9.541
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	89.851	19.051
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	20.800
Reserva de lucros		77.736	28.981
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		167.587	68.832
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		627.400	197.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados

Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	16	277.740	138.234
Custo operacionais	17	(207.847)	(102.280)
LUCRO BRUTO		69.893	35.954
Administrativas e gerais		(2.138)	(1.375)
DESPESAS OPERACIONAIS		(2.168)	(1.375)
RESULTADO OPERACIONAL		67.725	34.579
Despesa financeira		(375)	(110)
		(375)	(110)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		67.350	34.469
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(9.968)	(1.223)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(8.627)	(4.265)
Lucro líquido do exercício		48.755	28.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado Abrangente

Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	48.755	28.981
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	48.755	28.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de	Legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 28 DE JANEIRO DE 2021		-	-	-	-	-	-
Aumento de capital		19.051	-	-	-	-	19.051
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	28.981	28.981
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	20.800	-	-	-	20.800
Reserva Legal		-	-	1.449	-	(1.449)	-
Reserva lucros a realizar		-	-	-	27.532	(27.532)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		19.051	20.800	1.449	27.532	-	68.832
Aumento de capital	14	50.000	-	-	-	-	50.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	48.755	48.755
Adiantamento para futuro aumento de capital		20.800	(20.800)	-	-	-	-
Reserva Legal	14	-	-	2.438	-	(2.438)	-
Reserva lucros a realizar	14	-	-	-	46.317	(46.317)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		89.851	-	3.887	73.849	-	167.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		48.755	28.981
Encargos de empréstimos e financiamentos	12	42.797	3.631
Remuneração do Ativo de Contrato	8	(31.984)	(5.081)
Margem de construção	8	(46.681)	(36.186)
Receita de Operação e Manutenção	8	(2.057)	(178)
Depreciação e amortização		30	-
PIS e COFINS diferidos	13	10.610	5.246
IRPJ e CSLL diferidos	13	8.627	4.265
		30.097	678
Aumento nos ativos			
Caixa restrito		(190.232)	-
Contas a receber	6	4.524	(388)
Ativo de Contrato		(207.847)	(97.595)
Impostos a recuperar		(546)	-
Partes relacionadas		(931)	-
Outros ativos		257	(1.743)
		(394.775)	(99.726)
Aumento nos passivos			
Fornecedores	9	12.435	15.748
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas		2.123	1.027
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	5.200	-
Outras obrigações		87	317
		19.845	17.092
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(344.833)	(81.956)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições (reversão) do ativo intangível		(38)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(38)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	14	50.000	19.051
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	20.800
Captação de Empréstimos	12	373.000	150.000
Amortização do principal e juros	12	(123.572)	(51.739)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		299.428	138.112
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(45.443)	56.156
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	56.156	-
Caixa e equivalentes no fim do exercício	5	10.713	56.156
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(45.443)	56.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Receita de Construção	254.528	138.465
Remuneração dos Ativos de Contrato	31.984	5.081
Receita de operação e manutenção	2.057	178
Receita Operacional	288.569	143.724
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção		
Máquinas e equipamentos	(98.727)	(25.511)
Pessoal	(656)	(373)
Material	(5.826)	(304)
Serviços de terceiros	(47.929)	(18.237)
Juros capitalizados	(36.330)	(1.698)
Tributos	(333)	(619)
Adiantamento a fornecedores	(11.980)	(52.460)
Depósitos judiciais	(1.452)	(1.978)
Servidões	(1.952)	(436)
Software	(255)	(54)
Outros	(2.407)	(609)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(590)	(549)
	(208.437)	(102.828)
Valor adicionado bruto	80.132	40.896
Depreciação e Amortização	(30)	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	80.102	40.896
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	80.102	40.896
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	932	502
Benefícios	74	98
FGTS	84	66
	1.090	666
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	30.056	11.224
	30.056	11.224
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	201	11
Outras	-	14
	201	25
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do líquido exercício	48.755	28.981
	48.755	28.981
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	80.102	40.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A MEZ 5 Energia S.A. (“Companhia” ou “Transmissora”), controlada pela MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., que possui como controladora do grupo econômico a MEZ Energia e Participações S.A., é uma sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída em 29 de dezembro de 2020 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, s/n, Anexo Altura do n 1753 – 5º Andar – Sala 1 Parte – Indianópolis – São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 3/2021 - ANEEL, datado de 31 de março 2021, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 230 kV Porto Alegre 1 – Porto Alegre 9 C1
- LT 230 kV Capivari do Sul – Osório 3 C1
- LT 230kV Guaíba 3 – Pólo Petroquímico C1
- SE Guaíba 3 - Compensador Estático
- SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 1
- SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 2
- SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 3
- SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 4
- SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 5
- Módulo de Interligação de Barras em 230kV da SE Porto Alegre 4

Atualmente a Companhia encontra-se parcialmente em operação, devido a subestação de PAL IV, que já veio operacional em edital do Leilão

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 52.982 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º ano da Concessão..

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado;

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 6, e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo

de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e

- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(i) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

2.6 **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

2.7 **Impairment de ativos não financeiros**

O teste de impairment do ativo de contrato é realizado de acordo os requerimentos do CPC 48/IFRS 9, conforme previsto no parágrafo 107 do CPC 47/IFRS 15.

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que

não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*.

2.8 Ativo de contrato e reconhecimento de receita

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, as subsidiárias da Companhia ainda devem cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) **Receita de construção:** a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 7,40% ao ano.
- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro presumido. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

2.11 Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.12 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.13 Encargos setoriais

a. *Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)*

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras

de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

b. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

c. Ministério de Minas e Energia (MME)

Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras:

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;

- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

4.1 IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Especificação de quais custos uma Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis.

4.2 IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.

Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

4.3 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

O CPC publica novos pronunciamentos e revisa os pronunciamentos existentes, que entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2023, a saber: • a classificação de passivos como circulante ou não circulante e a divulgação de políticas contábeis (alteração do IAS 1); • a definição de estimativas contábeis (alterações do CPC 23/IAS 8) • Imposto diferido relativo a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração do CPC 32/IAS 12). A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto da adoção

desses novos pronunciamentos e não prevê nenhum impacto material em suas demonstrações financeiras quando esses novos pronunciamentos entrarem em vigor.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	2.232	58
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.481	56.098
Caixa e equivalentes de caixa	10.713	56.156
Aplicações financeiras - Fundos Vinculados	190.232	-
Total	200.945	56.156

As aplicações estão representadas por CDB de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 70% a 107% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras vinculadas a dívida denominada “Aplicações financeiras – Fundos vinculados” de titularidade da MEZ 5, a ser mantida no banco Itaú e administrada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, serão liberados mediante apresentação das Licenças de Instalação dos seguintes trechos:

Trecho LT 230 kV PAL 1 - PAL 9

Trecho LT 230 kV Capivari do Sul - Osório 3.

Com a emissão de todas as Licenças de Instalação, os montantes contidos na conta vinculada serão liberados em sua totalidade, incluindo os valores de rendimento de aplicações financeiras.

As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo está demonstrada a abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	1.390	1.147
Banco Itaú	190.232	-
XP Investimentos	7.091	54.951
	198.713	56.098

6 Contas a Receber

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	500	388
	500	388

Os Valores a receber, referem-se as operações de nossa subestação SE Porto Alegre 4, que encontra-se parcialmente em operação.

7 Outros ativos circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	39	15
Adiantamento de pessoal	21	-
Seguros	1.379	1.681
	1.439	1.696

8 Ativo de Contrato

Refere-se ao ativo contratual a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

Saldos em 2021	Adições	Remuneração	Faturamento RAP	Receita O&M	Juros capitalizados	Margem de construção	PIS/COFINS	Saldos em 2022
139.040	171.518	30.816	(4.636)	2.057	36.330	37.390	10.458	422.973

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	-	-
Não circulante	422.973	139.040
	422.973	139.040

Saldos em 2020	Adições	Remuneração	Faturamento RAP	Receita O&M	Juros capitalizados	Margem de construção	PIS/COFINS	Saldos em 2021
-	100.582	4.896	(4.684)	178	1.698	31.131	5.239	139.040

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	-	-
Não circulante	139.040	-
	139.040	-

* As receitas de construção e remuneração do ativo de contrato incluem o gross-up de PIS e COFINS na alíquota de 3,65% aplicadas as Companhias de lucro presumido.

	31/12/2022	31/12/2021
Implementação de infraestrutura		
Receita de Construção	254.528	138.465
Custo de Construção	(207.847)	(102.280)
Margem	46.681	36.185
Margem de construção	22,00%	22,00%
Remuneração dos ativos da concessão	31.984	5.081
Taxa de desconto dos ativos contratuais	7,40%	7,40%

9 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	28.183	15.748
	28.183	15.748

Os valores referem-se substancialmente a materiais e serviços para a obra.

10 Adiantamento para futuro aumento de capital

Os valores mencionados abaixo, são referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital e serão integralizados no exercício seguinte. Estes valores encontram-se classificados como instrumentos de dívida no passivo circulante pois não atende o critério de fixo por fixo.

Em 14 de dezembro de 2022 a Companhia recebeu aporte no montante de R\$ 3.900 do acionista MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., como transação de AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital).

Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia recebeu aporte no montante de R\$ 1.300 do acionista MEZ Energia FIP em Infraestrutura, como transação de AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital).

11 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	65	103
Provisões para férias, 13º salário e encargos	107	17
Retenções na fonte	151	117
ICMS	1.249	69
PIS/COFINS	17	24
IRPJ/CSLL	1.327	643
Outros	234	54
	3.150	1.027

12 Financiamentos

a. Composição

Instituições Financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú - NP	BRL	27/04/2022	Taxa = 100% CDI + 2,85% 252 D.U.	-	101.893
Banco Itaú - Debentures	BRL	15/01/2046	Taxa = IPCA + 7,0567%	394.117	-
				394.117	101.893

b. Movimentação 2022

Instituições Financeiras	Saldos em 31/12/2021	Adições	Custo de captação	Juros	Amortização de juros	Amortização de principal	Saldos em 31/12/2022
Banco Itaú - NP	101.893	-	26	1.712	(3.631)	(100.000)	-
Banco Itaú - Debentures	-	373.000	(19.968)	41.085	-	-	394.117
	101.893	373.000	(19.942)	42.797	(3.631)	(100.000)	394.117

Debêntures Banco Itaú

A Companhia celebrou junto ao Banco Itaú a debeture CVM 476, não Conversível, com a taxa IPCA + Spread 7,2638%, para arcar com os custos de implantação do projeto. O financiamento tem obrigações de comprovação de *Covenants a partir de 2024*.

Os vencimentos das parcelas do circulante são os seguintes:

2023	-
2024	2.582
após 2024	391.535
	394.117

c. Garantias

Instituições Financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros a.a.	Garantias
MEZ 5	Banco Itaú - Debentures	BRL	15/01/2046	Taxa = IPCA + 7,0567%
<small>(i) Fiança Bancária para 100% do montante do financiamento por prazo mínimo de 2 anos ou até o completion físico do projeto (esperado para jan/24); (ii) Alienação Fiduciária das ações da SPE e da MEZ T1; (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes da Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviço da Dívida com o valor de uma PMT, e (iv) Fiança Corporativa outorgada pela MEZ Energia e Participações em benefício dos Fiadores.</small>				

13 Impostos diferidos

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Pis e Cofins	13.1	15.856	5.246
Imposto de renda e Contribuição social	13.2	12.892	4.265
		28.748	9.511

Os impostos diferidos são contabilizados sobre os impactos contábeis referentes a aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com Cliente.

13.1 Pis e Cofins diferidos

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e a Remuneração do Ativo Contratual sob a alíquota de 3,65%.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	5.246	-
Receita de construção	254.528	138.465
Receita de Remuneração do ativo de contrato	31.984	5.081
Receita de operação e manutenção	2.057	178
Base de cálculo	288.569	143.724
Aliquotas PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Ajuste exercício Anterior	77	-
PIS e COFINS diferidos	10.610	5.246
Saldo final	15.856	5.246

13.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados, de acordo com as disposições do CPC 32/IAS 12 São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Composição

	Passivo não circulante em 31/12/2022	Resultado em 31/12/2022	Passivo não circulante em 31/12/2021	Resultado em 31/12/2021
Saldo anterior	4.265		-	
Base de cálculo IRPJ	22.237	22.237	11.078	11.078
Aliquota IRPJ	25%	25%	25%	25%
Ajuste Exercício Anterior	52	52	-	-
IRPJ diferido	5.611	5.611	2.770	2.770
Base de cálculo CSLL	33.355	33.355	16.617	16.617
Aliquota CSLL	9%	9%	9%	9%
Ajuste exercício Anterior	14	14	-	-
CSLL diferido	3.016	3.016	1.496	1.496
Saldo em 31/12/2022	12.892	8.627	4.265	4.265

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito é de R\$ 89.851.453,00 dividido em 89.851.453 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.	67.388.590	67.388	75,00%	14.288.590	14.288	75,00%
MEZ Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	22.462.863	22.463	25,00%	4.762.863	4.763	25,00%
	89.851.453	89.851	100,00%	19.051.453	19.051	100,00%

b. Destinação do lucro

A destinação do lucro da Companhia, conforme contrato social, será decidida pelos acionistas na AGO.

	31/12/2022	31/12/2021
(=) Lucro líquido do exercício	48.755	28.981
(-) Constituição da reserva Legal	(2.438)	(1.449)
(-) Constituição da reserva de lucros a realizar	(46.317)	(27.532)
	-	-

Reserva Legal

A reserva legal é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, apurada em cada exercício social, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo desta reserva é de R\$ 3.887.

Reserva de lucros a realizar

O lucro apresentado no exercício foi integralmente destinado a reserva de lucros a realizar após a reserva legal, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76.

Com base na Lei nº 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2022 o montante desta reserva é de R\$ 73.849.

15 Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 a companhia possui o montante de R\$942 com partes relacionadas, referentes ao compartilhamento de despesas amparado pela RN699 ANEEL.

16 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	254.528	138.465
Receita de operação e manutenção	2.057	178
Remuneração dos Ativos de Contrato	31.984	5.081
	288.569	143.724
(-) PIS sobre Receita - corrente	(29)	(34)
(-) COFINS sobre Receita - corrente	(124)	(156)
(-) PIS sobre Receita - diferido	(1.890)	(934)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(8.721)	(4.312)
(-) Encargos regulatórios	(65)	(54)
	(10.829)	(5.490)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	277.740	138.234

17 Custo de construção

	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	98.727	25.511
Pessoal	656	373
Material	5.826	304
Serviços de terceiros	47.929	18.237
Juros capitalizados	36.330	1.698
Tributos	333	619
Adiantamento a fornecedores	11.980	52.460
Depósitos judiciais	1.452	1.978
Servidões	1.952	436
Software	255	54
Outros	2.407	610
	207.847	102.280

As variações entre os exercícios de 2022 e 2021, ocorrem devido ao avanço das obras deste empreendimento.

18 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2022	31/12/2021
Faturamento	4.635	4.683
Receitas financeiras	27.823	2.319
Outros ajustes	1.565	1.348
Base de cálculo	29.388	3.667
Aliquota IRPJ 25%	7.323	893
IRPJ	7.323	893
Aliquota CSLL 9%	2.645	330
CSLL	2.645	330
	9.968	1.223

19 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a. Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (iv) Risco de crédito.
- (v) Risco de mercado.
- (vi) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

(i) **Riscos de crédito**

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Contas a receber - Ativo de Contrato - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.

As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.

Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

(ii) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas CDI e IPCA estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI e IPCA utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI, IPCA acumulado e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	198.713	Queda da taxa CDI	24.501	18.376	12.251
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
CDI %			12,33%	9,25%	6,17%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 12,33% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
Debentures	394.117	Aumento do IPCA	22.819	28.524	34.229
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
IPCA %			5,79%	7,24%	8,69%

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

(iii) **Riscos operacionais**

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento CompanhiaCompanhiarial.

Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras CompanhiaCompanhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b. **Categorias de instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil.

Ativos Financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o

principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e

- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

c. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31/12/2022		31/12/2021			
	Nível	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
<i>Valor justo através do resultado:</i>						
Caixas e equivalentes de caixa	2	5	10.713	10.713	56.156	56.156
Contas a receber	2	6	499.541	499.541	-	-
Passivos Financeiros						
<i>Custo amortizado:</i>						
Fornecedores	-	9	28.183	28.183	15.748	15.748
Empréstimos e financiamentos	-	12	394.117	374.411	101.893	101.893

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

20 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2022 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Descrição da garantia	
Seguradora:	BMG Seguros S.A.
Apólice:	017412021000107750031591
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Riscos de engenharia
Valor segurado*:	R\$ 45.100.600,00
Valor do prêmio*:	R\$ 1.751.707,30
Período de vigência:	05/03/2021 a 29/06/2026

Seguradora:	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.
Apólice:	046692021100103510006651
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Riscos de engenharia
Valor segurado*:	R\$ 10.000.000,00
Valor do prêmio*:	R\$ 29.252,93
Período de vigência:	13/07/2021 a 14/08/2023

Seguradora:	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.
Apólice:	046692021100103510006651
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Riscos de engenharia
Valor segurado*:	R\$ 113.519.221,00
Valor do prêmio*:	R\$ 106.604,91
Período de vigência:	13/07/2021 a 14/08/2023

21 Compromissos assumidos

Contrato de EPC - Em 23 de Agosto de 2021 a MEZ Construções Ltda e a MEZ 5 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde a contratada assume a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), a projeção de custos para o projeto é de R\$ 90.211.

22 Eventos Subsequentes

No mês de março de 2023, a MEZ 5 Energia S.A obteve as licenças de instalação que estavam faltando para a liberação do montante da conta de aplicação vinculada a dívida, dos trechos a seguir:

Trecho LT 230 kV PAL 1 - PAL 9;
Trecho LT 230 kV Capivari do Sul - Osório 3.

Contador

Pablo Fernandes da Silva
CPF: 376.870.978-74
CRC: 1SP 292416/O-3

CEO

Mauricio Zarzur
CPF: 367.159.508-65

CFO

Thiago Pereira Gontad
CPF: 415.189.398-99

